

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Valéria Cássia Oliveira da Cruz*

Cássia Regina Lima**

Cleia Alves Fernandes***

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as práticas pedagógicas na área da contabilidade pública. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Aplicou-se questionários aos profissionais contábeis atuantes no setor público nas três esferas do governo, aos acadêmicos e aos professores das instituições de ensino superior de Palmas. Verificou-se que há necessidade de se fazer reajustes às ementas, bem como a implantação de laboratórios com *softwares* específicos como jogos de simulações de ambientes no setor público. Conclui-se que o cenário criado por meio da simulação é válido e potencialmente útil para o ensino/aprendizagem nas diversas áreas, como: sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado; regimes contábeis; prestação de contas; balanço e demonstração segundo a Lei 4320/64; controle - controle interno e controle externo.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Pública. Metodologia de Ensino. Simulação de Jogos. *Software*.

1 INTRODUÇÃO

Com as frequentes mudanças e o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, as Instituições de Ensino Superior se obrigam a preparar

suas acadêmicas para atuarem nas mais variadas especialidades da área contábil, em conformidade com as tendências e demandas atuais. Na esfera da administração pública, não é diferente; há exigência da legislação em relação às questões administrativas, contábeis e financeiras, que são primordiais na gestão das organizações públicas, nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) do Governo e que sofrem mudanças constantes. Sabe-se que uma das atividades representativas no Estado de Tocantins concentra-se no ramo da contabilidade pública, que clama por profissionais cada vez mais atentos às mudanças, principalmente na legislação vigente, com sua aplicação direta à contabilidade pública.

Diante deste contexto, surgiu a necessidade de analisar as práticas pedagógicas no ensino da Contabilidade Pública em Palmas. O estudo tem o intuito de inquirir quais métodos, meios e técnicas que realmente poderiam melhorar as práticas pedagógicas no ensino da contabilidade pública. Nesse sentido, pergunta-se: quais métodos de ensino os professores de Contabilidade Pública utilizam para prepararem o acadêmico para o mercado de trabalho na área

* Bacharel em Ciências Contábeis. Funcionária pública. valéria_peixa@yahoo.com.br

** Doutorado em Engenharia de Produção – Gestão de Negócios. Docente Faculdade Católica do Tocantins. cassia@catolica-to.edu.br

*** Especialista em Gerência contábil, auditoria e controladoria. Docente Faculdade Católica do Tocantins. cleia@solidacontabil.com.br

pública? As ementas e planos de ensino incluem a prática como um instrumento de ensino e aprendizagem? Em relação à qualidade de ensino, quais dificuldades que os estudantes enfrentam ao se formarem para atuar no setor público? Se houvesse o uso de softwares apropriados para a disciplina de Contabilidade Pública, em relação à prática, os profissionais estariam mais bem preparados para o mercado de trabalho.

1.1 UMA VISÃO GERAL DA CONTABILIDADE

A Contabilidade é uma ciência que estuda, registra, controla e analisa os relatórios contábeis, o que facilita a tomada de decisão. O objetivo principal da contabilidade é sem dúvida o patrimônio; para isso, ela conta com as técnicas básicas de contabilização, que são os chamados princípios contábeis. Os princípios são os pilares, regras, caminhos que todo profissional contábil deve seguir para que se tenha uma contabilidade transparente, fidedigna e sem vícios. São relevantes na contabilidade pública e em todo segmento contábil, dando aos gestores e administradores suporte para tomada de decisão nas mais variadas situações com devido respaldo.

Autores de renome, como Marion (2008), Sá (2006) e Araújo e Arruda (2004), definem e conceituam a contabilidade como uma ciência que zela pelo patrimônio da empresa, como um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora de uma entidade; um sistema de informações capaz de captar, registrar, reunir, divulgar e interpretar os fenômenos avaliáveis monetariamente que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente.

1.2 A CONTABILIDADE PÚBLICA

A Contabilidade Pública tem como objetivo principal fornecer aos gestores informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas

de decisões. Isso se faz por meio de peças e ferramentas de controle de gestão para o cumprimento da legislação vigente, bem como gerar informações estatísticas para os mais variados entes e interesses.

Diversos autores de renome da área pública, como Kohama (2001), Piscitelli, Timbó e Rosa (2006), conceituam a Contabilidade Pública como sendo o ramo da contabilidade que estuda, orienta e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública, o Patrimônio Público e suas variações. Também é considerada como Governamental voltada para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, ou seja, as entidades de direito público interno. Esta é destinada a atender aos entes da federação, compreendendo União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações Públicas. O que todos estes autores têm em comum se refere ao controle das contas públicas, o zelo pelo patrimônio, bem como o cumprimento da legislação por meio das demonstrações que são exigidas pela Lei 4.320/64, que determina de que forma a administração pública deverá fazer uso do Orçamento Público. A Lei 4.320/64 serve de parâmetro para atuação dos profissionais contábeis no segmento público. Os gestores públicos fundamentados nessa Lei elaboram os orçamentos até sua aplicação.

1.2.1 Orçamento Público

O Orçamento Público é o meio pelo qual o poder público fixa as despesas que pretende realizar em um determinado período com base nas receitas que espera arrecadar neste mesmo intervalo de tempo. É também um instrumento de planejamento e de controle essencial pelo qual o poder público planeja suas ações e exerce o controle de sua execução. Piscitelli, Timbó

e Rosa, (2006, p. 23) definem o orçamento público como sendo um

instrumento de que dispõe o poder público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

O orçamento permite ao gestor um controle entre os programas e ações de seu governo, fazendo, assim, com que se possa atingir o objetivo a que se destina, buscando a satisfação e suprimento das necessidades da sociedade.

1.2.2 Plano de Contas na Contabilidade Pública

O plano de contas é a base para registro dos eventos contábeis. Isto é, a partir do plano é que se registra toda a movimentação de uma entidade. Portanto, deve ser bem planejado e trabalhado, pois é através dele que são gerados os relatórios contábeis; com isso, deve espelhar a realidade da entidade. Piscitelli, Timbó e Rosa, (2006, p. 274) denominam o plano de contas como

conjunto de títulos, previamente definidos, representativos de um estado patrimonial e de suas variações, organizados e codificados com o objetivo de sistematizar o registro contábil dos atos e fatos de uma gestão, devendo permitir, de forma precisa e clara, a obtenção dos dados relativos ao patrimônio.

No plano de contas, serão contemplados os sistemas que resultarão nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. São eles os seguintes: **sistema orçamentário** representado pelos atos de natureza orçamentária - previsão da receita, fixação da despesa, cancelamentos

de créditos e empenho da despesa; **sistema financeiro** está relacionado com as entradas e as saídas de recursos; **sistema patrimonial** caracterizado pelo registro da entrada de bens móveis, imóveis, estoques, créditos, obrigações, valores inscrição e baixa na dívida ativa, operações de créditos, superveniências e insubsistências ativas; **sistema de compensação** representado pelos atos praticados pelo administrador, não afetando o patrimônio de imediato, podendo vir afetá-lo no futuro. É a partir desses sistemas que os gestores públicos obtêm informações da forma como estão sendo direcionados os recursos disponíveis na máquina pública, bem como para o processo de tomada de decisão.

A elaboração dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais seguem parâmetro dispostos em Leis que estabelecem algumas particularidades e especificidades da administração pública.

A contabilidade pública é considerada muito complexa, não só pelo seu sistema de contas, mas também pela legislação¹ pertinente. A Lei nº 4.320/64 e estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Basicamente, a Lei de Orçamento Anual (Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Lei nº 101/00) serve para executar o que está disposto no PPA e LDO, ou seja, concretiza as situações planejadas, e é por meio dessa lei que se elabora o orçamento anual. Programa-se, assim, as ações que serão executadas durante o ano, visando alcançar os objetivos determinados na referida lei, em que está compreendido o *orçamento fiscal, o orçamento de investimento das*

¹ PPA – A lei que institui o PPA (Plano Plurianual), estabelecerá de forma regionalizada as ações do governo e metas a serem cumpridas pela administração pública. LDO – Legislação anual que disciplina a elaboração do orçamento no ano seguinte. Em outras palavras a Lei de Diretrizes Orçamentárias que norteia as ações do governo, para o desenvolvimento do que está previsto no PPA. LOA – Legislação anual que estima as receitas e fixa as despesas para cada exercício financeiro.

empresas e o orçamento da seguridade social. Kohama (2001, p. 63) chama a atenção para o fato de que [...] “a lei dos orçamentos anuais é o instrumento utilizado para a consequente materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados visando ao melhor atendimento e bem-estar da coletividade”.

1.2.3 Gerenciamento Operacional na Contabilidade Pública

Uma entidade necessita de sistemas que possam auxiliar no gerenciamento operacional para a consolidação de bons resultados. A administração pública não pode ser diferente por não visar lucro, ela deve, sim, estar atenta às tecnologias que possam auxiliar seus gestores e profissionais contábeis, trazendo para a administração uma qualidade imediata aos serviços prestados.

Em termos de compreensão da contabilidade pública, é notório que os profissionais deverão ter conhecimentos suficientes de determinados sistemas (*softwares*) que sustentam com rapidez e eficiência as informações, qualificando, assim, os serviços prestados. Os softwares são ferramentas que contribuem para a realização de trabalhos com agilidade e eficácia em várias áreas do conhecimento contábil. No serviço público, pode-se contar com o Siafi e Siafem, que é uma importante ferramenta de gestão das contas públicas.

1.2.4 Siafi e Siafem

O Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) é uma forma de agilizar os serviços contábeis, aproveitar melhor o tempo e expandir a fiscalização do governo. Trata-se de uma ferramenta poderosa para executar, acompanhar e controlar, com eficiência e eficácia, a correta utilização dos recursos da União.

No campo de Estados e Municípios, esse controle é feito por meio de um sistema

bem parecido com o Siafi. Trata-se do Sistema de Informação e Administração Financeira para os Estados e Municípios (Siafem), surgido da necessidade de simplificação e com intuito de uniformizar a execução orçamentária e financeira dos estados e municípios, de maneira integrada, o que minimiza os custos e permite maior transparência na gestão dos recursos públicos.

Informações também do Ministério da Fazenda (s/d) tratam o Siafem como um instrumento de gestão, que apoia as funções gerenciais de planejamento, o processo de tomada de decisão e o controle operacional, abrangendo os órgãos da administração pública, sejam eles da administração direta ou indireta, como autarquias, fundações e empresas públicas, atendendo as leis 4320/64 e 6404/76. O Siafem é um sistema que é adotado em grande parte dos estados brasileiros. Cabe destacar, aqui, a importância de remeter ao profissional, ainda durante a academia, alguns dos conceitos práticos em relação ao software utilizados na administração pública.

1.3 PROCESSO DE ENSINO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Partindo para a questão do ensino da contabilidade pública, diante do que foi exposto anteriormente, bem como de todas as especificidades e complexidade desse segmento contábil, cabe salientar que as metodologias necessitam de ajustes para melhor preparar os futuros profissionais a atuarem nessa área tão presente no Estado do Tocantins. Tais mudanças ou ajustes das metodologias podem ser realizadas por meio de *softwares* que venham a facilitar a compreensão dos conteúdos abordados na disciplina de contabilidade pública. Há diversas reflexões de autores quanto ao apoio da informática no processo de ensino. Um exemplo disso é a simulação gerencial conhecida como jogos de

empresa que facilita a compreensão do conteúdo ministrado. Roncalio e Bernard (2008, p.1) ressaltam que

[...] a utilização de simulação gerencial como metodologia de ensino faz com que os estudantes, distribuídos em equipes, ou individualmente, administrem empresas fictícias tomando decisões sobre determinadas variáveis com o objetivo de produzir o melhor resultado econômico num ambiente de competição.

Esse método possibilita aos estudantes uma condição de praticar, por mecanismos de simulações, os conceitos teóricos adquiridos nas diversas disciplinas de sua formação acadêmica, bem como reforçar o processo ensino/aprendizagem da Contabilidade Pública. A utilização de softwares nas IES surte efeito imediato na transmissão do conhecimento, pois permite aos acadêmicos proceder à administração de órgãos públicos fictícios, diante de algumas variáveis que reproduzem o ambiente de atuação dos profissionais do setor público.

Está cada vez mais evidente a preocupação de alguns autores quanto às ferramentas de auxílio no ensino da contabilidade pública. Roncalio e Bernard (2008, p.12) assevera que

[...] o uso da simulação gerencial pode ser uma metodologia hábil para o ensino da contabilidade pública brasileira. Esta metodologia permite uma abordagem vivencial, demonstrando como os atos e fatos interagem nos quatro sistemas utilizados pelo setor público: orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado.

Não se pode negar que a utilização de softwares pode auxiliar a aprendizagem acadêmica, contribuindo para uma melhor compreensão do conteúdo ministrado, isso porque muitas vezes se trata de disciplinas com uma complexidade maior do que outras.

1.3.1 Aprendizagem Acadêmica

A aprendizagem é vista como um processo dinâmico, pessoal e interativo de aquisição de conhecimento, por meio de técnicas e conceitos que os acadêmicos possam adquirir dentro das Instituições de Ensino. É importante analisar os métodos utilizados nos cursos de ciências contábeis nas IES a fim de otimizar a transmissão do conhecimento por parte dos docentes. Celerino e Pereira (2008, p. 67) ensinam que

A importância do professor no processo escolar, principalmente da sua relação equilibrada com os elementos que constituem o ensino-aprendizagem e a necessidade de aprimoramento da sua prática pedagógica, tão exigida pelo cenário acadêmico.

O professor é peça chave no processo ensino e aprendizagem. Para isso, ele utiliza metodologias de ensino que possam melhorar a compreensão dos conteúdos ministrados e obter os resultados esperados. No entanto, da mesma forma que ocorrem mudanças no cenário em que as empresas privadas e públicas operam, deve também ocorrer mudanças nos métodos e práticas de ensino. Para Roncalio e Bernard (2008, p.2), nas metodologias tradicionais, a aprendizagem “é centralizada no professor, que relata e demonstra respostas corretas para várias circunstâncias”. Já a metodologia do ensino dos conteúdos da disciplina de contabilidade pública por meio de simulações proporciona aos acadêmicos uma melhor visão da prática, abordando situações do cotidiano de um órgão público. Isto é, os estudantes, com base em informações que lhes são passadas, tomam decisões em condições próximas às reais.

O ensino é uma forma sistemática de transmissão de conhecimentos, envolvendo uma atividade conjunta de professores e alunos, com finalidade de crescimento intelectual. Passos (2006, p. 72) afirma que “a metodologia de ensino está ligada às técnicas que requerem re-

cursos que, por sua vez, estão ligados ao que o docente entende como importante no seu modo de ministrar aulas”. As práticas pedagógicas, ou seja, as técnicas usadas pelo professor de contabilidade para facilitar a compreensão do conteúdo ministrado devem revestir-se de apropriação de conhecimentos que promovam diferentes aprendizagens e o desenvolvimento dos alunos.

1.3.2 Ensino e Aprendizagem

O Ensino e a aprendizagem são idealizados, planejados. Isto é indispensável para que seja efetivado por meio do desenvolvimento das competências e habilidades de todo indivíduo: professores e alunos.

Segundo informações do Centro de Referência Educacional, (s/d), as competências e habilidades podem ser definidas como “um conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam alguém para vários desempenhos da vida; habilidades se ligam a atributos relacionados não apenas ao saber-conhecer, mas ao saber-fazer.”

Competências e habilidades no ensino da contabilidade quer dizer que um profissional deve executar bem suas atividades com responsabilidade, sabedoria e comprometimento, e as habilidades são as capacidades técnicas para realizar determinadas tarefas, desenvolvidas a partir da teoria e prática.

Na contabilidade, essas competências e habilidades foram ao encontro do que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação de Ciências Contábeis, os bacharéis em ciências contábeis deverão ser capazes de, segundo (MEC 2004, parecer CNE/CES 10),

Utilizar adequadamente a terminologia e linguagem própria das ciências contábeis; elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam seus modelos organizacionais; aplicar adequada-

mente a legislação inerente às funções contábeis; exercer suas funções com expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania; desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial são algumas das habilidades e competência do profissional contábil.

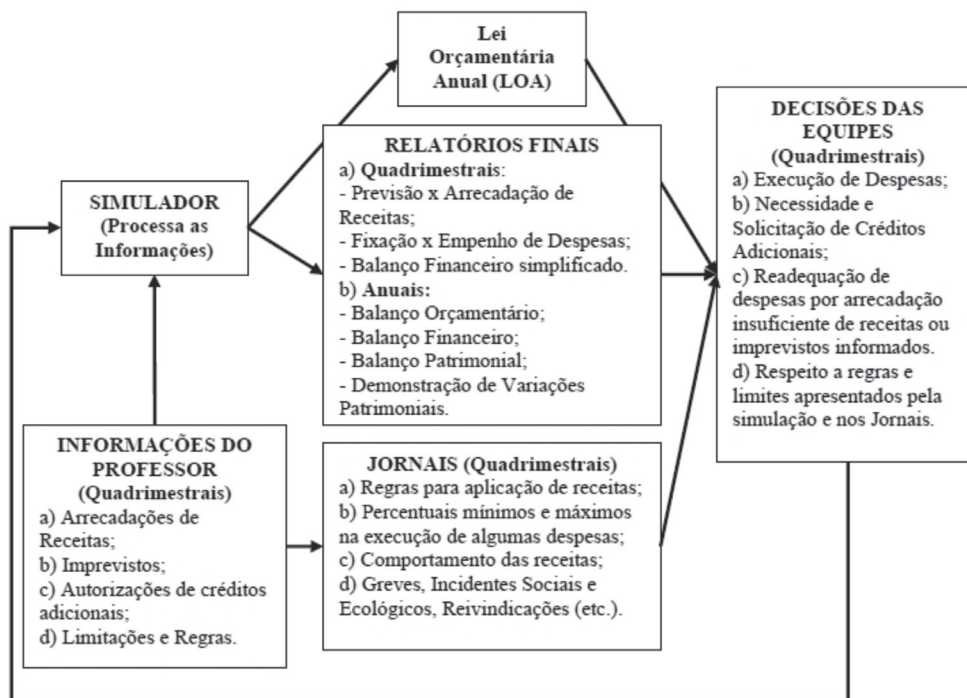
O que está disposto acima são orientações de como deve ser o profissional bacharel em ciências contábeis, quais são suas atribuições.

Vieira (2008, p. 38) ensina que, “para que a educação se desenvolva por meio de competências e habilidades, é necessário uma reconstrução de modelos pedagógicos tradicionais”. Nesse sentido, já existe uma preocupação por parte de alguns autores em ampliar tais métodos para auxiliar no processo de ensino, a fim de buscar os mais variados métodos, para que todas essas competências e habilidades aconteçam realmente. De acordo com Amaral, Cardoso e Benedicto (2006, p. 2), o processo de ensino aprendizagem se torna mais eficaz com

[...] a disponibilidade de recursos tecnológicos é fator determinante para atender às novas necessidades do ensino-aprendizagem de tornar os discentes mais bem preparados para as exigências do mercado de trabalho, transformando os acadêmicos em profissionais altamente capacitados e preparados para atuação nos mais diversos segmentos.

Isso deixa claro que as tecnologias estão cada vez mais inseridas em todos os segmentos da sociedade, inclusive como meio de prática pedagógica de ensino.

Figura 1 – Fluxograma de uma Simulação para o Ensino da Contabilidade Pública



Fonte: Roncálio e Bernard (2008, p. 12).

1.4 METODOLOGIA DE ENSINO PARA CONTABILIDADE PÚBLICA

O método de ensino é o caminho seguido pelo professor para atingir um objetivo. Pode-se dizer que esses métodos são as ações, passos e procedimentos que o docente pratica vinculados à reflexão pelas quais se organizam nas atividades de ensino para atingir tais objetivos. Rezende e Almeida (2007, p.8) chamam a atenção para os métodos de ensino aplicados à contabilidade, afirmando que os “Jogos de Empresa representam um método educacional cuja principal característica é prover uma dinâmica vivencial que guarda grande semelhança com o que ocorre no dia a dia das organizações”.

Os métodos de ensino auxiliam o docente para que se tenha um resultado satisfatório no processo pela busca do conhecimento. Segundo Marion (2005), existe entre as diversas formas de ensinar os chamados “métodos de ensino”, que são: “aula expositiva; excursões

e visitas; dissertação ou resumo; projeção de fitas; seminário; ciclo de palestras; discussão com a classe; resolução de exercícios; estudo de caso; aulas práticas; estudo dirigido; jogo de empresas.”

Passos (2006, p.67) tem a visão de que “a técnica de um ensino se transforma num instrumento para que o método de ensino possa alcançar seus objetivos”. Bernard (2006), analisando os métodos de ensino das diversas disciplinas dos Cursos de Graduação em Administração e Ciências Contábeis, visualiza o uso da simulação como ferramenta de ensino que possibilita a aplicação dos conhecimentos teóricos, visando facilitar o processo de ensino/aprendizagem, bem como o melhor preparar os acadêmicos para atuar no mercado altamente competitivo.

A figura 1 evidencia a técnica de ensino por meio de simulação, que vem sendo estudada por Roncálio e Bernard (2008) como alternativa facilitadora do ensino da contabilidade pública.

A proposta conforme figura 1 aponta para a integração da prática com a teoria dentro do contexto mais próximo da realidade. O cenário criado por meio da simulação é válido e potencialmente útil para o ensino/aprendizagem nas diversas áreas, como: orçamento público - sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado; regimes contábeis; prestação de contas; balanço e demonstração segundo a Lei 4320/64; controle: controle interno e controle externo.

É importante ressaltar a complexidade da contabilidade pública. No entanto, a forma com que se aprende contabilidade pública é um tanto tradicional, levando em consideração as constantes modificações na legislação e a rápida evolução da tecnologia que indicam um contexto de amplas mudanças para o trabalho contábil. Assim, o profissional contábil do setor público deve estar atento às inovações do mercado, às constantes alterações nas leis, buscando, por vários mecanismos, a formação continuada.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho é feita por meio de pesquisa bibliográfica, a partir de referências que servem para dar sustentabilidade à pesquisa. Beuren (2006, p. 86) frisa que, “por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória”; por tanto ela se faz indispensável em qualquer tipo de pesquisa.

Quanto à forma de pesquisa, foi realizada a entrevista estruturada. Elaborou-se um questionário ora aplicado aos profissionais contábeis atuantes no mercado da área pública, nas três esferas do governo, aos acadêmicos que já haviam concluído a disciplina em questão e aos professores da referida disciplina nas IES de Palmas.

Além da pesquisa bibliografia, utilizou-se do estudo de caso. Beuren (2006, p. 84) apud Gil (1999) comenta que o estudo de caso

possibilita e permite uma investigação “para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a manutenção de alguns setores”.

Quanto à amostra, foi realizada de forma a interpretar os dados obtidos na pesquisa. Beuren (2006, p. 120) Orienta que “a amostra é uma pequena parte da população ou universo selecionada em conformidade com as regras”. Diante disso, pode-se entender que, em alguns casos, basta uma pequena amostragem para se chegar a um resultado satisfatório em uma pesquisa científica. O processo de seleção da amostra foi realizado de forma amostragem sistemática. Beuren (2006, p. 123) assevera que “A seleção de elementos que constituirão a amostra sistemática pode ser realizada por meio de critérios estabelecidos pelo pesquisador”. Nesse caso, o pesquisador é quem irá definir qual a melhor forma de analisar e expor os resultados obtidos na pesquisa.

Beuren (2006, p. 136) afirma que [...] “analisar os dados significa trabalhar com o material obtido no processo investigatório”, como, por exemplo, as ementas e o plano de ensino, 1 (um) por instituição, os questionários respondidos pelos profissionais atuantes na área pública nas três esferas do governo, como já mencionado na cidade de Palmas.

Foram selecionadas como amostra 3 (três) instituições de ensino superior, 3 (três) ementas e plano de ensino, 3 (três) profissionais de cada ente, ou seja, três no executivo, três no legislativo e três no judiciário. Os professores também foram selecionados da mesma forma, porém somente um por instituição; nesse caso, 3 (três) no total. Os acadêmicos também tiveram o mesmo critério de seleção: 3 (três), por instituição, que estivessem cursando ou já haviam concluído a disciplina.

Quadro 1 – Ementas da disciplina contabilidade pública das instituições pesquisadas.

Faculdade Católica do Tocantis	Conceito, Objetivo e aplicação da contabilidade pública. Orçamento Público, evolução, princípios, processo de elaboração, classificações. Contabilidade Pública. Plano de contas. Lançamentos típicos e demonstrativos
Faculdade Objetivo	Desenvolvimento teórico. Plano de Contas. Escrituração na Administração Pública. Orçamento Público. Receitas e Despesas Públicas. Licitações, Empenho da despesa e Adiantamento
Universidade Federal do Tocantins	Serviços público, administração pública; conceitos, escrituração; orçamento público; conceituação; aspectos históricos; princípios orçamentários; leis de diretrizes orçamentárias; tipos de orçamento; receita pública; despesa pública; créditos adicionais; estágio da despesa; plano de contas dos sistemas orçamentários, financeiros e patrimoniais; variações patrimoniais; contabilidade: sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado; regimes contábeis; prestação de contas; balanço e demonstração segundo a Lei 4320/64; controle: controle interno e controle externo.

Fonte: o autor.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos documentos recebidos durante a pesquisa de campo das instituições pesquisadas, realizou-se análise das informações. Relacionou-se as ementas das instituições pesquisadas para verificar o conteúdo abordado na disciplina contabilidade pública.

Conforme informações do quadro 1, todas as instituições pesquisadas contemplam os aspectos básicos da contabilidade pública. Entretanto, percebe-se um detalhamento maior do conteúdo abordado pela Universidade Federal do Tocantins. A Faculdade Objetivo foca, em seu conteúdo, aspectos referentes aos processos de licitações. Isto só reforça a importância quanto ao estudo das leis atribuídas à contabilidade pública.

Ao realizar uma análise comparativa das três instituições com a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, verificou-se que há uma preocupação com a questão do ensino dos sistemas utilizados na gestão pública no tange ao ensino do Siafi e também um enfoque à LRF, que não estão abordados com clareza pelas instituições pesquisadas.

Partindo para uma análise mais aprofundada, levando em conta o plano de ensino de cada professor, verificou-se que a Faculdade Objetivo enfoca, de forma diferente, o conteúdo ministrado em relação às outras duas instituições. Observou-se que as instituições pesquisadas não se aprofundam na legislação pertinente à contabilidade pública e nem ao Siafi.

É notória a crescente preocupação por parte da população brasileira em saber

Quadro 2 – Proposta Nacional de Conteúdo para a disciplina Contabilidade Pública.

Disciplina de Contabilidade Pública.	
Ementa	Lei de Responsabilidade fiscal; Orçamento Público; Créditos Adicionais; Patrimônio Público; Plano de Contas e Escrituração Contábil; Demonstrações Contábeis na Área Pública; Funções Básicas do Siafi.

Fonte: adaptada de Carneiro (2008).

onde estão sendo aplicados os recursos que são transferidos aos cofres públicos. Isso se tornou mais evidente após a sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que enfatiza o equilíbrio das contas públicas, tendo como princípios o planejamento e a transparência das contas públicas. Diante do exposto, fica clara a importância em abordar com mais ênfase os conteúdos ministrados, as leis relacionadas à contabilidade pública e fazer uma abordagem teórica no que diz respeito aos Siafi, uma vez que é um sistema utilizado na administração pública.

Ao analisar a estrutura disposta nas ementas e plano de ensino, observou-se uma certa defasagem no que dispõe a bibliografia básica na Universidade Federal do Tocantins. Por exemplo, o Manual Técnico Orçamentário – MTO indicado pela instituição está desatualizado, visto que já existe uma versão ano 2009. Analisando o plano de ensino proposto pelo professor aos acadêmicos, nota-se a preocupação desse profissional em trabalhar com uma bibliografia atualizada. No entanto, cabe ressaltar que deve haver uma preocupação maior por parte dos colegiados do curso em atualizar as diretrizes curriculares conforme as mudanças que vêm ocorrendo nas diversas áreas da contabilidade, pois, na troca de professor e este não esteja atento às mudanças o processo de ensino/aprendizagem fica prejudicado.

As entrevistas com contadores atuante na área da Contabilidade Pública em Palmas favoreceram para que se tivesse um melhor entendimento quanto à opinião dos profissionais atuantes neste ramo da área contábil. Durante a pesquisa, procurou realizar discussões e questionamentos com o intuito de buscar demonstrar a opinião desses profissionais quanto ao processo de ensino/aprendizagem da contabilidade pública.

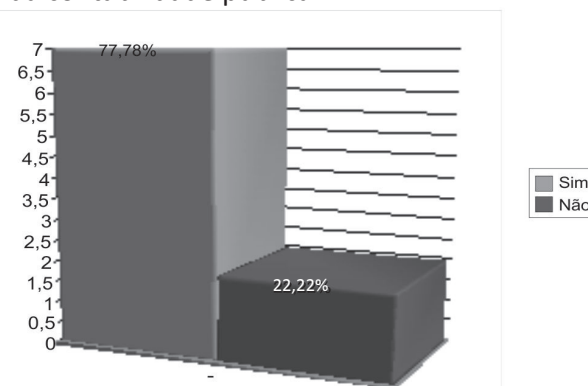
Observou-se, neste momento, a satis

fação e/ou insatisfação quanto ao ensino recebido, bem como as sugestões dadas por esses profissionais para melhorar o processo de qualificação dos acadêmicos.

Dos entrevistados, cerca de 80% acreditam que os *softwares* auxiliam no ensino contábil, porém, por si só, não ensinam. É importante inserir metodologias novas no processo do ensino da contabilidade pública. No entanto, tem que ser bem distribuído o conteúdo teórico e o prático para não se tornar algo mecânico sem proporcionar o entendimento de que está realmente ocorrendo.

O gráfico 1 evidencia que a maioria dos profissionais acredita que o uso da tecnologia aplicada em laboratórios facilitaria o processo de ensino e aprendizagem. Em contrapartida, cerca de 22% dos profissionais entrevistados não são favoráveis ao uso desse recurso, pois acreditam que os acadêmicos poderiam trabalhar mecanicamente ao dar ênfase ao ensino focando o uso de *softwares*. Com base nas entrevistas, a maioria é favorável ao uso dos recursos tecnológicos nas práticas de ensino. Nota-se que essa ferramenta poderá ser um facilitador no processo ensino/aprendizagem, o que

Gráfico 1 - Percentual dos profissionais que acreditam que os Softwares auxiliam no ensino da contabilidade pública.



Fonte: o autor

vem corroborar as propostas de alguns autores como Roncalio e Bernard; Cardoso e Benedicto; Vieira. O ensino da teoria aliado à prática facilita o processo de aprendizagem, pois não se acredita em um trabalho simplesmente mecânico se houver uma boa base teórica, e, a partir daí, dar início ao estudo da prática em laboratórios.

b) Quando não tem conhecimento prático, o profissional contábil perde espaço no mercado da contabilidade pública?

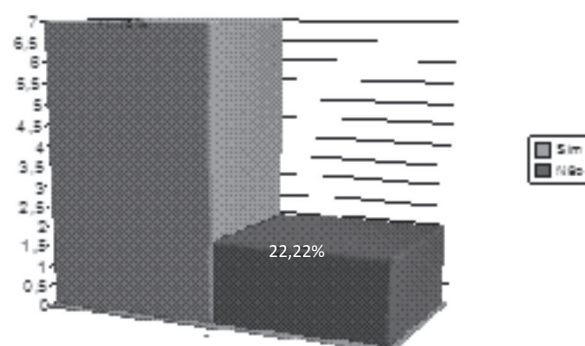
Executivo: “[...] é solicitado do trabalhador uma certa prática. Hoje em dia a contabilidade exige tanto a prática quanto a teoria. [...] não só a contabilidade pública como qualquer outra área o conhecimento prático torna-se imprescindível”.

Legislativo: “Sem conhecimento e sem uma boa ferramenta (software), não teremos lugar algum no mercado. Não, quando o conteúdo aplicado em sala de aula basear em exercícios práticos. Ao adquirir o conhecimento prático, mesmo que seja através de estágio, o profissional conseguirá unir, com mais facilidade, o conhecimento teórico ao prático”.

Judiciário: Não necessariamente a prática de uma atividade está atrelada aos conhecimentos teóricos. [...] a prática faz parte da profissão. As informações são processadas atualmente com muita celeridade, isso não permite as organizações a optar por profissionais sem conhecimento prático.

Cerca de 22% dos entrevistados disseram que o profissional contábil não perde espaço no mercado sem o conhecimento prático; já 78% responderam que o profissional perde, sim, espaço no mercado da área pública quando não tem tal conhecimento. O gráfico a seguir mostra a opinião dos contadores atuantes nas três esferas do governo em Palmas.

Gráfico 2 - Percentual dos profissionais que acreditam que os a falta de prática dificulta o acesso no mercado de trabalho da área pública.



Fonte: o autor

É notório e comum exigir experiências em diversos ramos de atividades. Nesse caso, o profissional contábil já teria um diferencial em relação aos outros profissionais, pois contemplaria tanto o conhecimento teórico quanto o prático.

c) Que tipo de dificuldade você encontrou para atuar no mercado da área pública?

Executivo: “Criar evento contábil. Falta de conhecimento prático [...] a faculdade não oferecia estágio na área pública, carga horária pequena em relação à contabilidade comercial. Pouco conhecimento na área”.

Legislativo: “[...] conhecer o sistema Siafem, consequentemente em operá-lo. Falta de treinamento preliminar. A diferença existente entre a metodologia da contabilidade comercial, principalmente em outra lógica de raciocínio de nomenclaturas”.

Judiciário: “[...] passar no concurso público. Falta de treinamento inicial. Falta de experiência, corporativismo da classe contábil, influência política, desvalorização do profissional.

Esses profissionais deixam claro que encontraram dificuldades em atuar no mercado ao saírem das universidades em função dos seguintes fatores: falta de prática, pouco conhecimento na área, falta de experiência, entre outras. Nota-se que todos os entrevistados ressaltaram que a falta do conhecimento prático dificultou sua atuação, pois, segundo eles, as instituições de ensino devem ofertar aulas com maior ênfase nas práticas. Argumentaram também sobre a carência de ofertas de estágios nos órgãos públicos. Fica evidente aqui a relevância da proposta referente à utilização de simuladores no ensino da contabilidade pública. Essa metodologia pode ser útil ao processo de aprendizagem dos conteúdos abordados na disciplina, pois o modelo “permite uma abordagem vivencial e demonstra como atos e fatos interagem nos sistemas de registros do setor público e a importância das informações da contabilidade para as decisões dos gestores públicos” (RONCALIO E BERNARD, 2008, p.1). Esses autores frisam que a simulação como metodologia de ensino da contabilidade pública pode preparar os estudantes para atuarem em órgãos públicos. Tudo isso reforça o questionamento que se deve repensar nas práticas de ensino da contabilidade pública aplicada nas instituições pesquisadas.

d) Diante do conhecimento adquirido no meio acadêmico na disciplina Contabilidade Pública, o que realmente favoreceu sua atuação e o que deixou a desejar?

Executivo: “[...] o conhecimento do estudo contábil, o que deixou a desejar foi entendimento no orçamento público. Não tivemos essa disciplina, que é a base da contabilidade pública. [...] noções de orçamento, plano de contas, sistemas de compensação, financeiro, patrimonial e orçamentário. Dificuldades foi a falta de estágios na área contábil pública, além da carga horária que foi pouca. Pouco conhecimento na área, pois, na faculdade, pouco ensinaram de contabilidade pública”.

Legislativo: “o que fixou mesmo foi exercendo a profissão, mas como acadêmico ficou muito a desejar. [...] o que favoreceu foi a parte teórica; deixou a desejar a parte de elaboração de demonstrações e lançamentos contábeis. [...] favoreceu foi a aplicação de exemplos práticos; faltou intensificar esta prática”.

Judiciário: “[...] favoreceu: noções a respeito da área de atuação, deixou a desejar. Os professores não tinham didática, e, às vezes, o conhecimento aprofundado da disciplina. Favoreceu: o conhecimento do plano de contas da contabilidade pública, e dos relatórios padrão, o mais foi praticando. [...] não fiz estágio na área pública, não havia laboratório na área da contabilidade pública. Esses fatores dificultaram minha atuação”.

Alguns pontos que favoreceram a atuação desses profissionais diante do conhecimento adquirido nas universidades foi sem dúvida o conhecimento adquirido com a teoria. Mas, quando são questionados sobre as dificuldades enfrentadas, eles afirmam que foi a falta de estágios na área pública, a carga horária curta para ministrar tanto conteúdo e a não disponibilidade de laboratórios para aplicar a teoria utilizando a prática em laboratórios.

e) Quais são as suas sugestões, enquanto profissional, para melhorar a qualidade de ensino na Contabilidade Pública e formar profissionais mais preparados para enfrentar esse mercado?

Executivo: “[...] Laboratórios dando ênfase à contabilidade pública. [...] universidades terem laboratórios, para que os alunos fizessem a teoria e a prática juntos. [...] aumentar a carga horária, mais aulas práticas...sabemos que a teoria é bem diferente da prática”.

Legislativo: “Melhorar a didática de lançamentos e elaboração/análise de demonstrações contábeis, aprofundar o estudo do direito administrativo no que diz condiz a licitações. Aumentar a carga horária e estagiar. Intensificar as atividades de laboratório”.

Judiciário: “Implantação de laboratórios que permitam os acadêmicos vivenciar a prática contábil. Reciclagem de professores, maior interligação da universidade c/ a atividade pública. Estágio e laboratórios para simular a prática dos lançamentos contábeis”.

Ao analisar as entrevistas, percebeu-se que já havia uma necessidade em unir a teoria com a prática. Outro ponto relevante é a intensificação dos estágios na área. Também deve ser levado em consideração o sentimento de ter sido pequena a carga horária da disciplina; e mais: foram abordados pontos importantes quanto à didática e professores atualizados no que diz respeito à disciplina Contabilidade Pública.

A entrevista realizada com os alunos e professores serviu para observar as expectativas dos acadêmicos e professores quanto à possível implantação de um *software* específico para complementar a disciplina Contabilidade Pública. Durante a pesquisa, ficou evidente, a posição de um dos docentes entrevistados, que o uso de software não auxilia no processo de ensino da Contabilidade Pública. No entanto, o outro profissional já argumentou que existe uma preocupação em melhorar as metodologias de ensino por meio da utilização de tecnologia, aliando o conhecimento teórico/prático. Quando se questiona aos acadêmicos se eles acreditam que o uso de software auxilia no ensino/aprendizagem da Contabilidade Pública 100% afirmam que sim.

Acadêmico: “[...] conduz o acadêmico o mais próximo da realidade. Através dos softwares, fica mais fácil a visualização. [...] estaríamos saindo da teoria propriamente dita e partindo p/ prática”. Será mais uma ferramenta didática auxiliar ao aprendizado. [...] O software é de fundamental importância, pois podemos vivenciar na prática como é realizada a contabilidade nas repartições pública. [...] é superficial. [...] usado somente como auxílio, pois o mais importante é a compreensão do conteúdo. Apesar dos acadêmicos acreditarem inteiramente que o uso dos softwares auxilia nesse processo de ensino e aprendizagem, percebeu-se certa resistência por parte de docente ao uso dessa tecnologia como ferramenta integrante ao ensino da disciplina de contabilidade pública.

Ao questionar os educadores e acadêmicos se são favoráveis ao processo de implantação de ferramentas da TI nas Instituições de Ensino Superior, como laboratório com software na área da Contabilidade Pública, obteve-se as seguintes respostas:

Professor: “Acredito que ajuda/complementa o conhecimento. Por si só não ajuda. O professor da Faculdade Católica diz que já esta sendo desenvolvido um projeto para construção/desenvolvimento de um programa de contabilidade didático.

Acadêmico: “O grau de aperfeiçoamento será sem dúvida bem melhor. “[...] as tecnologias da informação através de softwares tem aumentado a assimilação dos conteúdos. Assim os alunos teriam uma melhor preparação ao saírem da faculdade. O auxílio desses contribuem para o aprendizado. [...] facilitaria um maior conhecimento. [...] seria mais uma ferramenta para o aprendizado. Isso é de fundamental importância, pois não se faz contabilidade a mão”.

Nesse contexto, um dos docentes foi ainda mais categórico quanto à preocupação em proporcionar melhorias na qualidade do ensino por meio do uso de *software*. Este profissional diz que já está sendo trabalhado algo nesse sentido de teoria x prática. Por parte dos acadêmicos, ficaram claras suas expectativas quanto à melhoria do aprendizado por meio da implantação de um *software* específico para atender a disciplina Contabilidade Pública, já que estes têm facilidade em lidar com os avanços proporcionados pela inovação tecnológica.

Durante a pesquisa, docentes e discentes foram indagados a dar sugestões para melhoria do ensino da Contabilidade Pública. Nota-se que todos os entrevistados buscam melhorias no processo de ensino e anseiam por laboratórios equipados com softwares de diversas áreas de contabilidade, principalmente na área pública, que é tão carente desta ferramenta.

Fica evidente a preocupação de docentes em vivenciar a teoria da sala de aula com parte prática com o uso da informática, principalmente quando este profissional frisa a importância de montar um **laboratório modelo** como um instrumento de aliar o conhecimento teórico com o prático. Podemos visualizar, no quadro 3, as expectativas dos acadêmicos das instituições de ensino pesquisadas.

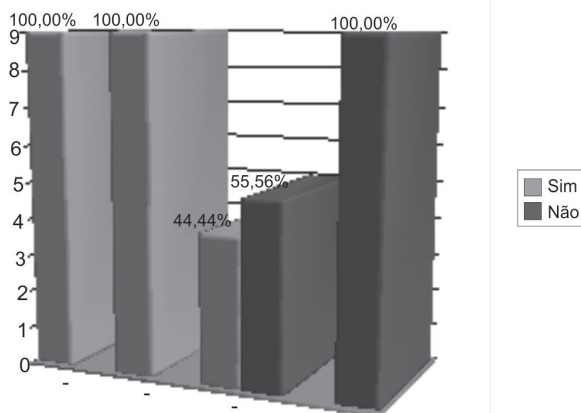
Quadro 3 – Visão dos acadêmicos quanto ao ensino da disciplina Contabilidade Pública.

	Católica do Tocantins		Faculdade Objetivo		Universidade Federal do Tocantins	
a) Você acredita que software auxilie no ensino da Contabilidade Pública?	sim	não	sim	não	sim	não
	3		3		3	
b) Você é favorável que se implante um software nas IES de Palmas, que seja específico p/ contabilidade pública?	sim	não	sim	não	sim	não
	3		3		3	
c) Você acredita que só com o conhecimento teórico o profissional estará seguro p/ enfrentar o mercado de trabalho?	sim	não	sim	não	sim	não
	2	1	1	2	1	2
d) Você está/ficou satisfeito com a forma de aplicação do conteúdo, sem laboratório de práticas contábeis?	sim	não	sim	não	sim	não
		3		3		3

Fonte: o autor

Observa-se que 100% dos acadêmicos entrevistados acreditam que o *software* auxilia no ensino da contabilidade e que são favoráveis à implantação de laboratório de práticas contábeis. Percebe-se uma expectativa dos acadêmicos quanto à possível implantação de um laboratório com *software* nas instituições de ensino superior de Palmas, com finalidade específica para atender a disciplina Contabilidade Pública.

Gráfico 3 - As expectativas dos acadêmicos entrevistados quanto ao processo de ensino.



Fonte: o autor

No que se refere à questão c, os entrevistados são questionados se eles acreditam que só com o conhecimento teórico o profissional estará seguro para enfrentar o mercado de trabalho. Houve uma pequena diferença entre as opiniões. Cerca de 45% acredita que só o conhecimento teórico dará segurança a esse acadêmico. Em contrapartida, 55% acreditam que não estão seguros para enfrentar esse mercado. Mesmo sendo pequena a diferença quanto às opiniões dos entrevistados, todos são a favor da implantação de um *software* que possibilite vivenciar a teoria com o uso da prática, uma vez que 100% desses acadêmicos estão insatisfeitos com a aplicação dos conteúdos de forma tradicional. Isso se justifica pelas constantes inovações tecnológicas, que têm cada vez mais facilitado os trabalhos nas mais variadas áreas.

Pode-se visualizar no quadro 4 as opiniões dos professores das instituições de ensino pesquisadas.

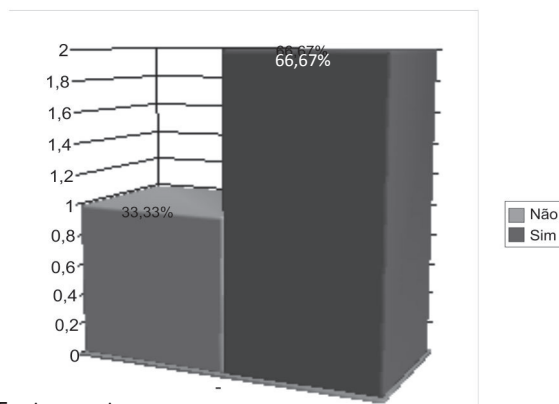
Quadro 4 - A opinião dos docentes em relação ao processo de ensino acadêmico.

	Católica do Tocantins		Faculdade Objetivo		Universidade Federal do Tocantins	
a) Você acredita que software auxilie no ensino da Contabilidade Pública?	sim	não	sim	não	sim	não
	1			1	1	
b) Você é favorável que se implante um software nas IES de Palmas, que seja específico p/ Contabilidade Pública?	sim	não	sim	não	sim	não
	1			1	1	
c) Você acredita que só com o conhecimento teórico o profissional estará seguro p/ enfrentar o mercado de trabalho?	sim	não	sim	não	Sim	não
		1		1		1
d) Você, professor, acredita que o conteúdo teórico é suficiente para o ensino e aprendizagem na Contabilidade Pública?	sim	não	sim	são	sim	Não
	1		1		1	

Fonte: o autor.

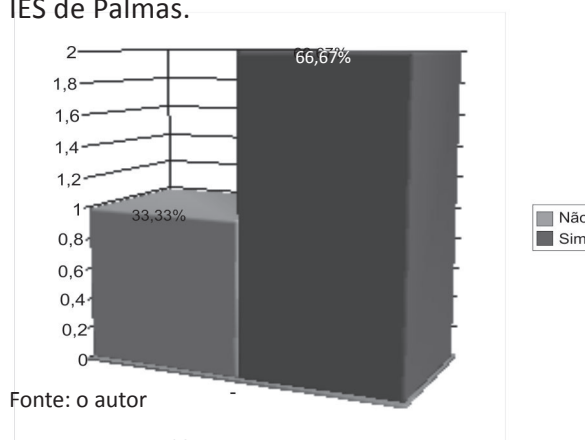
Diante da entrevista realizada com esses docentes, evidenciou-se a preocupação em melhorar o processo de ensino aprendizagem. Por outro lado, notou-se certa resistência de docente com as questões da informatização tecnológicas

Gráfico 4 – Percentual referente à opinião sobre utilização do software como auxílio ao ensino e aprendizagem.



Fonte: o autor

Gráfico 5 – Percentual referente à opinião sobre a possível implantação de um software nas IES de Palmas.

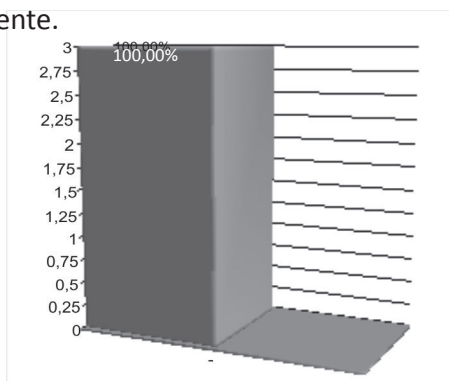


Fonte: o autor

Os gráficos 4 e 5 demonstram a opinião dos professores das instituições Católica, Objetivo e UFT, quanto à utilização do *software* como auxílio ao ensino e aprendizagem e à opinião sobre a possível implantação de um software nas IES de Palmas. Foi observado que o docente do Objetivo é totalmente contrário às questões levantadas.

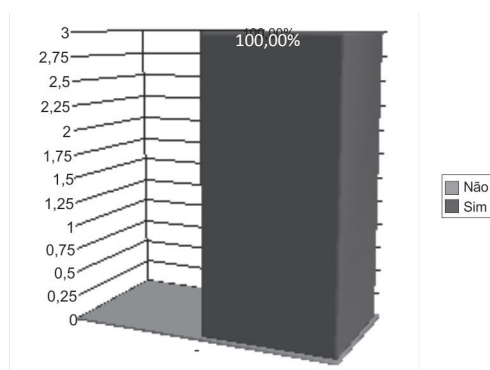
O gráfico abaixo representa a opinião dos docentes em relação à opinião dos docentes, o conhecimento e o conteúdo teórico da disciplina Contabilidade Pública.

Gráfico 6 – Percentual referente à opinião dos docentes se o conhecimento teórico é o suficiente.



Fonte: o autor

Gráfico 7 – Percentual referente à opinião dos docentes se o Conteúdo teórico é o suficiente para o ensino e aprendizagem.



Fonte: o autor

O gráfico 6 evidencia que 100% dos entrevistados discordam da opinião de que o conhecimento é suficiente para o aprendizado. No gráfico 7, os docentes são de opinião que o conteúdo teórico é suficiente.

Ao investigar junto aos professores quais métodos de ensino os professores da disciplina Contabilidade utilizam para prepararem o acadêmico para o mercado de trabalho no seg-

mento da área pública, observou-se que até o momento limitam-se ao uso de livros didáticos, conteúdos dos órgãos governamentais, apostilas, prática em sala de aula com estudo de caso. Mesmo havendo consciência da necessidade de mudanças no processo de ensino da Contabilidade Pública, há uma certa acomodação por muitos profissionais em limitam-se ao método tradicional de ensino. Apesar da afirmação, não se pode generalizar, visto que alguns autores (Celerino e Pereira; Roncalio e Bernard e Passos) vêm-se dedicando a pesquisas visando melhorias no processo de ensino da Contabilidade Pública, o que pode ser visto na parte da revisão teoria. Estes se mostram preocupados com a forma que está sendo conduzido esse processo de ensino e aprendizagem.

Ao realizar uma análise envolvendo a opinião de acadêmicos, docentes e profissionais atuantes na área pública quanto ao ensino da Contabilidade Pública, todos demonstraram descontentamento pela forma que vem sendo conduzido esse processo. Todos abordaram a necessidade de implantação de um laboratório prático para complementar o processo de ensino/aprendizagem. Houve, ainda, por parte desses entrevistados, questionamentos evidenciando que a carga horária não é adequada para abordar de forma mais profunda o conteúdo programático dessa disciplina. Assim, sugere-se que se repense a carga horária apropriada para ministrar tal disciplina, uma vez que se levantou tal preocupação. No entanto, vale ressaltar que o intuito da instituição de ensino superior de cursos de graduação não é formar especialista em apenas uma área de conhecimento, mas dar uma noção do todo em determinado curso. O processo de especialização e qualificação de profissionais em um determinado segmento se dará por meio de cursos de pós-graduação.

Diante do que foi abordado pelos entrevistados e com base nas ementas analisadas, sugere-se uma reformulação dos pontos abor-

dados na disciplina Contabilidade Pública. Fica aqui uma proposta de ementa para as instituições de ensino superior de Palmas.

Proposta de ementa
Lei de Responsabilidade Fiscal, Serviços público, administração pública; conceitos, escrituração; orçamento público; conceituação; aspectos históricos; princípios orçamentários; leis de diretrizes orçamentárias; tipos de orçamento; receita pública; despesa pública; créditos adicionais; estágio da despesa; Licitação, plano de contas dos sistemas orçamentários, financeiros e patrimoniais; variações patrimoniais; contabilidade: sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado; regimes contábeis; prestação de contas; balanço e demonstração segundo a Lei 4320/64; controle: controle interno e controle externo; funções básicas do Siafi e Siafem e sua aplicação na prática com laboratório e sistema similar.

Destaca-se, aqui, novamente, a preocupação com a carga horária prevista para essa disciplina. A proposta envolverá um conteúdo elevado para ser visto em apenas 60 horas, ainda mais que está se questionado também a utilização de software para melhorar o processo de ensino. Cabe aos docentes repensar em uma forma que possa contemplar os conteúdos propostos, já que, no Estado do Tocantins, existe uma grande demanda na área da Contabilidade Pública; é importante refletir nesse preparo mesmo na graduação.

4 CONCLUSÕES

Conclui-se que há possibilidade de melhoria nas práticas pedagógicas no ensino da disciplina Contabilidade Pública, resultando em ganhos potenciais significativos para o ensino. Para isso, é necessário buscar parcerias com outros cursos, como o de sistema de informação ou ainda órgãos públicos.

Com base na pesquisa de campo, evidenciou-se que muitos são os anseios para me-

lhorar das práticas de ensino nas universidades, não somente na área pública como nos demais ramos da contabilidade. Constatou-se que o método tradicional de ensino não prepara adequadamente o acadêmico a atuar no mercado imediatamente.

Verificou-se a necessidade de laboratórios com softwares específicos para auxiliar o desenvolvimento acadêmico e aplicação dos conteúdos por parte dos docentes. Isto é, desenvolver práticas de ensino aplicadas à contabilidade pública dando ênfase também em estudos de casos que aproximem o acadêmicos a realidade do ambiente que irão atuar.

No que diz respeito às ementas analisadas, foi possível observar que todas as instituições pesquisadas abordam o conteúdo de maneira geral, porém, no que se refere aos conceitos e aplicações do Siafi e também a LRF, instrumento de gestão na administração pública, faz-se necessário uma abordagem mais aprofundada, visto que são assuntos necessários para atuação profissional na área pública.

Quanto aos métodos de ensino ou ferramentas utilizadas por estes professores para facilitar a compreensão do conteúdo aplicado à disciplina Contabilidade Pública, fica claro que a prática de estudos em sala de aula por meio de estudos de caso, livros didáticos e apostilas, tem se tornado a principal ferramenta adotada pelo professores em sala de aula.

A utilização de laboratório seria parte integrante da disciplina e contemplaria a teoria x a prática. Nesse sistema, seria interessante contar com um profissional que possa atribuir ao *software* todas as ferramentas necessárias, considerando os conteúdos ministrados em sala de aula. Com base no exposto, a proposta possibilitaria uma melhor atuação dos futuros contabilistas nas entidades públicas. Tal trabalho deverá ser apropriado para a classe acadêmica, sem fugir do que existe na realidade das entidades governamentais.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Patrícia Ferreira do; CARDOSO, Ricardo Lopes. **Ensino aprendizagem na área de educação contábil**: uma investigação teórico-empírico. Disponível em: www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/120.pdf. Acesso em: 30 maio, 2009.
- APOSTILA MAESTRIA. **Curso oferecido aos professores da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina**. Janeiro, 2003.
- BEUREN, Maria Ilse. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRASIL. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. (Publicado no DOU de 22/6/1993 e Republicado no DOU de 6/7/1994).
- BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Publicado no DOU de 23/3/64).
- BRASIL. Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. (Publicado no DOU de 6/4/2005).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. (Publicado no DOU de 5/5/2000).
- CARNEIRO, Juarez Domingues (Coord.) et al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008.
- CELERINO, Sidnei. Atributos e pratica pedagógica do professor de contabilidade que possui êxito no ambiente universitário: visão dos acadêmicos. Brasília/DF: **Revista Brasileira de Contabilidade**, 170, mar./abr. 2008.
- COMPETÊNCIAS e habilidades. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/compehab.htm>. Acesso em: 15 jun. 2009.
- CONHEÇA o Siafi. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_conheca_siafi.asp. Acesso em: 24 maio, 2009.
- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2009.
- GONÇALVES, Celso Eugênio; BAPTISTA, Antonio Eustáquio. Contabilidade Geral. 4. ed. **Contabilidade pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; Marion, José Carlos. **Introdução a teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LEGISLAÇÃO APLICADA A CONTABILIDADE PÚBLICA. Disponível em: <http://www.fondcf.ufms.br/03Wagner.ppt>. Acesso em: 08 jun. 2009.
- LIMA, Diana Vaz de; Castro; RÓBSON, Gonçalves. **Contabilidade pública**: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- MARION, J. C.; GARCIA, E.; CORDEIRO M. A. **A discussão sobre a metodologia de ensino aplicável à contabilidade.** Disponível em: www.nossocontador.com/Artigos/40.pdf. Acesso em: 05 jun. 2009.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- PASSOS, Ivan Carlos. Métodos de sucesso no ensino da contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília/DF, 157, jan./fev. 2006.
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. **Contabilidade pública: uma abordagem a administração financeira.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- RESOLUÇÃO Nº 750/93. **Princípios fundamentais de contabilidade.** Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm>. Acesso em: 06 jul.2009.
- REZENDE, Adália Antunes Cangussú; ALMEIDA, Maryelem Dantas. **A importância do estágio supervisionado no processo de ensino aprendizagem dos cursos de Ciências Contábeis do Estado do Espírito Santos.** Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/448.pdf. Acesso em: 30 maio, 2009.
- RONCALIO, Michele Patrícia; BERNARD, Ricardo Rodrigo Stark. Um modelo de simulação para o ensino de contabilidade pública no Brasil. In: **XXXII Encontro da ANPAD.** Rio de Janeiro, 2008.
- SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2003.
- VIEIRA, Maria das Graças. As competências e habilidades requeridas aos professores de contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília/DF, 169, jan./fev. 2008.

